

1

2

Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho - SEJUF

3

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR

4

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

5

21 de Setembro de 2022

6

No vigésimo primeiro dia do mês de Setembro de 2022, em 1ª chamada (início as

7

09h00) o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR

8

se reuniu na sala de gestão, Fany Lerner, 7º andar do Palácio das Araucárias, sito à

9

rua Jacy Loureiro de Campos, s/n °, Bairro Centro Cívico, em Curitiba – Paraná,

10

através de *link* do meet: <https://meet.google.com/obt-pxga-nxr>. **Participação dos**

11

seguintes conselheiros (as): _Presença dos conselheiros da SC: Vice-presidente:

12

Adriano Roberto dos Santos (Cavanis), Rodrigo Silva Bonfim e (HPP), Marcelo Souza

13

(ACRIDAS), Isabella Menon (Canãa), Débora Cristina dos Reis (APC), Renann

14

Ferreira (Guarda Mirim), Hélio Candido do Carmo (suplente/ Guarda Mirim), Amanda

15

Querino dos Santos (APAE), Alexandra Alves José (EPESMEL), Nadir Aparecida Silva

16

(AAMEC), Ires Damian (Ledi Mass) e Maria Tereza Chaves (APOFILAB).**Presença**

17

dos conselheiros governamentais: Presidente: Juliana Muller Sabbag

18

(DPCA/SEJUF), Antônio Carlos Dourado (Paraná Esporte), Desirré Barbosa Santiago

19

(CASA CIVIL), Amália Regina Donegá (SETI), Juliany Souza dos Santos

20

(SEJUF/DPCA), Denise Masson (suplente – SEJUF/DPCA), Christianne Lunardelli

21

(SEEC), Eloise Zanon Garcia (SEJUF/DEASE), Rosineide Frez (SEED), Renata

22

Mareziuzek (SEJUF/DAS), Fernanda Crosewski (SESA), Ellen Victor M. Martins

23

(SEPL) e Lenise Rosseto da Silva (SEPL). **Apoios técnicos, colaboradores e**

24

assessores: Juliana Muller (SEC), Mônica Logo (Assessora técnica do gabinete da

25

SEJUF), Danielle Tuoto (MP/PR), com a justificativa de ausência da AOB/PR.

26

Convidados: Dam Felipe Rocha A D. Ayub (PRED), Dam Felipe Rocha A D. Ayub

27

(PRED), Olívia Martins (ATA) e Felipe Navarro (ATA). **Abertura:** A presidente, Juliana

28

Sabbag (DPCA/SEJUF) iniciou a reunião ressaltando que essa extraordinária se deu

29

devido à necessidade da ampliação da discussão, sendo que o mérito da proposta, ou

30

seja, a Construção das casas dos Conselhos Tutelares já foi aprovada anteriormente

31

pela câmara de políticas com a inclusão da linha específica no orçamento no eixo

32

referente ao Fortalecimento das estruturas dos CTs e do controle social. Evidenciou

33

assim, a importância do funcionamento e da estrutura adequada do Conselho Tutelar

34

no sistema da garantia de direitos as crianças e aos adolescentes. O vice-presidente,

35

Adriano Roberto dos Santos (Ass Cavanis) também deu boas vindas elencando a

36 importância do desenvolvimento do trabalho em uma perspectiva mais equânime.
37 Contextualizando os fatos, Juliana Sabbag iniciou a discussão falando do principal
38 ponto a ser analisado, ou seja, o fato de uma Deliberação de 2014 que previa R\$
39 500.000,00 (quinhentos mil reais) para cada obra, na atualidade está orçado entre R\$
40 1.200.000,00 a R\$ 1.500.000,00. Entendendo que das 28 obras que precisam ser
41 concluídas, 12 já estavam em fase de licitação com 04 projetos mais adiantados e 12
42 menos avançados. Sendo que, conforme foi discutido anteriormente, o conselho não
43 precisa tomar a decisão pensando no todo, e sim, pode haver linhas de cortes com
44 decisões diferentes para um número terminado de obras/municípios. Em seguida, o
45 diretor interino da Paraná Edificação – PRED, Dam Felipe Rocha A D. Ayub
46 apresentou o gerente orçamentista, o Sr. Wagner Deconto, que explicará o porquê do
47 significativo aumento do orçamento das obras nesse período. O Sr. Wagner Deconto
48 apresentou um gráfico histórico de número/ índice da SINAPI/IBGE de material e mão
49 de obra com desoneração. Destacando no gráfico a linha de aumento a partir de
50 novembro de 2014, com o aumento de quase 100% em 2020 (devido à pandemia) e o
51 último aumento registrado em 2022, que fez com que o Sindicato da Indústria da
52 Construção Civil do Paraná – SINDUSCON impugnasse os editais de licitação devido
53 à necessidade da atualização dos orçamentos com base no estimado na tabela da
54 PRED/2022. Mostrando o exemplo da construção da sede do município de Cascavel,
55 onde em 2021 estava orçado em valor de R\$ 1.243.000,00, com a atualização recente
56 pela tabela vigente foi para aproximadamente R\$ 1.480.000,00. Explicando que após a
57 atualização dos itens do orçamento obteve-se uma variação de 19% acima da
58 variação geral dos preços. Essa situação ocorreu nas demais obras dos conselhos
59 tutelares com a atualização da tabela, sendo que o prazo para a licitação da tabela
60 anterior era até 30/06/2022. Porém, o processo de tramitação chegou à PRED para as
61 licitações após essa data. Decidiu-se, portanto, pela atualização de todos os
62 orçamentos por índice de 15,89 de variação média. Porém, o tribunal de contas
63 questionou essa atualização, pois alguns itens sofreram variação positiva e outros
64 negativos. Ou seja, a obra pode ficar mais em conta do que o previsto no orçamento.
65 Assim, a forma mais indicada foi à atualização item a item. Na sequência, a
66 presidente, Juliana Sabbag respondendo a pergunta da conselheira Ires Damian (LEDI
67 Mass) no chat, explicou que a proposta é retirar os 3 milhões de aporte as obras do
68 CT da linha do eixo 4, que no total possuía 8 milhões de reais, mas, na atualidade
69 possui 5 milhões, devido ao direcionamento do recurso para a realização da
70 conferência Estadual aprovado na reunião do dia 14/09/2022. Isso é uma sugestão,

71 lembrando que também tem recurso no Fia livre, frisou Juliana. A Dra. Danielle
72 Tuoto/MP expressou a seguinte dúvida: não ficou claro na impugnação da Sindicom
73 qual seria o valor e o percentual adequado, pois, em análise do site do sindicato
74 observou-se que o orçamento da obra da licitação pública ficaria muito abaixo
75 considerando o valor do metro quadrado expresso na tabela deles. Ainda, com o
76 objetivo de tentar compreender o todo, a Dra. Danielle perguntou se as empresas que
77 estão executando obras públicas (dos contratos em andamento) solicitaram o aumento
78 (ajuste) dos valores para além do determinado pela cláusula do equilíbrio financeiro,
79 conforme determina a resolução da PRED. Elencando que a PRED está vendo a
80 situação como um aumento de 200 mil reais por obra, com um recorte de aumento
81 devido ao período da pandemia, o MP está vendo que o processo iniciou em um valor
82 de 500 mil reais em 2014 e hoje está custando R\$ 1.500.000,00. Em resposta, o Sr.
83 Wagner Deconto respondeu que a tabela da PRED não leva em consideração o
84 preparo para a obra, como o nivelamento do terreno e a fundação. Não tendo ao certo
85 a informação sobre a real porcentagem do aumento dos itens, dando exemplo que o
86 concreto dobrou de valor. Sobre as questões do reequilíbrio, o diretor Dam Felipe
87 Rocha explicou, que esse processo acontece em cima do percentual executado,
88 chegando a um aumento de até 30%. Ainda, segundo a portaria da PRED, as
89 empresas podem solicitar o reequilíbrio com base na tabela de 2019 apenas. Não
90 cabendo, portanto, a solicitação do reequilíbrio em tabelas posteriores a 2019.
91 Mostrando como exemplo, o diretor Dam Felipe Rocha falou do orçamento de uma
92 obra de reparo do Palácio Iguazu, sendo que o orçamento inicial com a tabela de maio
93 de 2021 estava em torno de R\$ 1.720.000,00, passando ao valor de R\$ 1.949.000,00,
94 após a atualização da tabela. Outro exemplo foi a obra da construção do CT de
95 Mandirituba, licitado em 2018 com o valor de R\$ 906.000,00. O valor arrematado pela
96 empresa foi de 634.000,00, com a apresentação de um desconto de 29,99% em cima
97 do valor autorizado. Mostrando a variação dos índices. Sendo que a média de uma
98 situação normal fica em torno de 15 a 20% para apresentação dos descontos. Outro
99 exemplo foi a casa de Semiliberdade Feminina de Curitiba que teve o lançamento do
100 edital em 2020 (início da pandemia), com valor autorizado de R\$ 1.940.000,00, valor
101 arrematado, R\$ 1.400.000,00, com desconto de 28% e um prazo de 240 dias para
102 executar a obra. No decorrer do processo, com a pandemia os valores aumentaram e
103 a empresa teve dificuldades para executar a obra com a solicitação do reequilíbrio
104 financeiro ao contrato, com o aumento de R\$ 339.000,00. Sendo que, conforme o
105 questionamento da Sra. Danielle, Dam Felipe afirmou que o valor da fundação do

106 terreno dessa obra está incluso no reequilíbrio, relatando o ocorrido que gerou o
107 aumento da obra em razão da queda do muro. Dra. Danielle ressaltou que trouxe o
108 exemplo dessa obra na reunião passada, justamente pra entender a questão dos
109 valores de terraplanagem, fundação e a questão do reequilíbrio, pois essa obra de um
110 valor de aproximadamente R\$ 1.400.000,00 possui 481m². Ou seja, como uma obra
111 que apresentou tanto problema apresentou o mesmo valor de uma obra de 250m². O
112 Sr. Wagner Deconto explicou que a licitação dessa obra foi em Fevereiro de 2021,
113 tendo como referência a tabela de 2019, por isso a variação dos valores entre as
114 obras. Ainda a respeito dessa questão, a técnica Olivia Martins ATA/SEJUF reforçou
115 questão impactantes dos custos de implantação e de fundação, dando como exemplo
116 a sede do CT de Cascavel, onde o custo do prédio é 60% e os demais serviços é 40%.
117 Ou seja, considerando o custo do m², está faltando muito para se chegar a um valor
118 total, sendo que é no projeto de implantação que todos esses itens são discriminados
119 (paisagismo, terreno, entrada de energia, movimento da terra, ligação hidráulica,
120 prevenção de incêndio, calçadas, acessibilidade, etc). Olívia ainda fez a comparação
121 com o CT de Mandirituba, onde há 04 anos o valor autorizado foi 900 mil reais.
122 Atualmente o CT de Cascavel, que é maior de todos, está em R\$ 1.400.000,00. Assim,
123 não se pode comparar o preço arrematado com o preço da licitação. Juliana Sabbag
124 agradeceu os esclarecimentos da técnica Olivia, ressaltando que não há dúvida sobre
125 o esforço e a dedicação do seu trabalho e dos encaminhamentos realizados. Onde,
126 independente da decisão do colegiado, não há dúvidas sobre a competência
127 profissional da mesma. A discussão está sendo em cima dos aumentos dos valores e
128 não pela condição do trabalho que foi realizado. Dam Felipe informou que a PRED
129 atualmente passa por muitas dificuldades na questão orçamentista pelo fato da
130 pandemia ter trazido os desafios dos reequilíbrios dos contratos e da atualização dos
131 orçamentos. Colocou-se a disposição para que o processo de licitação, caso ocorra o
132 aporte do recurso, seja feito ainda em 2022, para que não ocorra o aumento do valor.
133 Informando também, que inclusive já tem agendado uma reunião com a PGE para o
134 dia 22/09 e a reserva de algumas datas para as licitações da SEJUF provavelmente
135 para o mês de Novembro. Juliany Santos (DPCA/SEJUF) reforçou que esse momento
136 atual da gestão estadual é propício para o andamento dos projetos represados. Dra.
137 Danielle se preocupou quanto ao processo de tramitação na PGE, pois historicamente
138 sempre ocorreu morosidade nos trâmites. Juliana Sabbag reforçou que o secretário da
139 SEJUF, o Sr. Rogério Carboni se prontificou em acompanhar a tramitação com a
140 viabilização de todo o apoio possível para que o processo tenha andamento. Com os

141 devidos esclarecimentos, Juliana Sabbag passou aos encaminhamentos, destacando
142 os princípios da razoabilidade, da eficiência e da eficácia para a melhor utilização do
143 recurso público. Assim, haja vista todos os problemas elencados, a proposição é que
144 nesse momento se faça uma opção para a não execução de todas as obras, com a
145 intenção de que fosse deliberado R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para a
146 conclusão das 12 obras que estão com os processos adiantados. Sem a nomeação
147 dessa lista, pois caso haja a redução dos valores outros CTs podem ser construídos.
148 Sem a ocorrência de novos aportes de recursos. Juliana informou também que a
149 escala da ordem das construções se deu de acordo à apresentação dos documentos
150 pelos municípios. Entende que a decisão do CEDCA é de fortalecer o sistema de
151 garantia dos direitos, mas, entende o compromisso de não deixar as deliberações em
152 andamento por muito tempo com o estabelecimento de limites, sendo esse o limite.
153 Sobre os encaminhamentos, a conselheira Débora (APC) organizou as proposições,
154 sendo a aprovação ou não do aporte de recuso, e se aprovado, de qual linha será
155 destinada. Perguntando sobre os valores executados aos 03 CTs já construídos.
156 Débora falou do saldo existente nessa deliberação, e que na opinião dela não deveria
157 ter mais aporte. Juliana Sabbag explicou que é preciso o aporte de recurso para
158 ocorrer tramitação da licitação. O vice-presidente, Adriano Roberto, solicitou a
159 interrupção da reunião por 05 minutos para a realização da reunião da Sociedade
160 Civil. No retorno, a conselheira Débora (APC) falou que o Cedca se compromete com
161 os 12 que estão em licitação e que os demais ficam sem possibilidade de andamento.
162 Juliana Sabbag ressaltou que não pode tomar essa decisão enquanto governo do
163 Estado sobre a condição de custear despesas futuras decorrentes do reequilíbrio
164 econômico. Onde, se nessas 12 obras houver queda do valor, o recurso volta para a
165 linha, sem assumir que o Estado providenciará reequilíbrio econômico, caso precise.
166 Encaminhamentos: Aprovação do aporte de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) do
167 Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, para as obras dos 12
168 (doze) Conselhos Tutelares em fase de licitação, sendo eles: Campo Mourão, Fazenda
169 Rio Grande, Prudentópolis; Cornélio Procópio, Rolândia, São Mateus do Sul, Maringá,
170 Guarapuava (sede I), Campo Largo, Imbituva, Cascavel e Jaguariaíva. Recurso oriundo
171 da fonte 150/131, eixo 6, linha 6.1.1 – Fortalecimento das Estruturas do Sistema de
172 Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente aprovado pela Deliberação nº
173 58/202; fica cancelado as outras 16 obras dos municípios: Cianorte, Dois Vizinhos, Pato
174 Branco, Arapongas, Goioerê, Cambé, Guarapuava (sede II), Pitanga, Palotina, Colombo,
175 Araucária, Londrina, União da Vitória, Ibiporã, Palmas e Curitiba; com a utilização desse



176 recurso para autorização do pagamento dos projetos de implantação contratados;
177 Registros: Aprovação com a abstenção da conselheira Alexandra Alves José
178 (EPESMEL); dos R\$ 2.600.000,00 necessários, o conselho está deliberando por R\$
179 3.000.000,00, com o encerramento dos aportes; os 16 municípios que tiveram o
180 processo encerrado deverão ser comunicados individualmente por meio de ofício. A
181 presidente Juliana Sabbag encerrou a reunião agradecendo a presença de todos (as).
182 Essa ata foi elaborada pela secretaria-executiva, Juliana Muller, e após a aprovação
183 será publicada no Dioe e disponibilizada no site.